



A Santa Sé

DISCURSO DO PAPA PAULO VI AOS PARTICIPANTES DO SYMPOSIUM DO CONSELHO DOS LEIGOS

20 de Março de 1971

Caros Filhos e caras Filhas:

Sentimo-nos feliz por esta ocasião, proporcionada pelo *Symposium* organizado pelo Consilium de Laicis, sobre o « diálogo », nos ter permitido receber-vos e conversar alguns instantes convosco.

Desde a nossa primeira Encíclica, *Ecclesiam suam*, sublinhámos a necessidade e a exigência do diálogo dentro e fora da Igreja. E regozijamo-nos por ver amplamente realizada, na Igreja, esta dinâmica do respeito e do amor mútuo que reforça singularmente o testemunho pessoal e comunitário dos cristãos.

Quanto à vossa função específica de leigos, o Concílio manifestou-se de modo bastante claro, particularmente na Constituição *Lumen Gentium* e no Decreto *Apostolicam Actuositatem*. Não é necessário, portanto, recordar a distinção entre os dois aspectos complementares de que a actividade do laicado se deve revestir no interior e no exterior da Igreja.

A índole secular é própria da vossa vocação de leigos cristãos e consiste, como sabeis, em « buscar o Reino de Deus, ocupando-se das coisas temporais e ordenando-as segundo Deus... nas circunstâncias ordinárias da vida familiar e social, as quais tecem a sua existência » (*Lumen Gentium*, 31).

Como podereis vós cumprir esta missão, num diálogo permanente, que supõe a vossa presença quotidiana no interior destas realidades profanas e uma competência comprovada, juntamente com uma acolhência repleta de humildade, num espírito de colaboração fraterna? Este esforço exige um empenho dedicado e corajoso, em que o exemplo do vosso comportamento humano e o

testemunho do vosso caminho evangélico, o fulgor da vossa fé e da vossa esperança, assim como a acção multiforme da vossa caridade, devem agir como um fermento. E assim que contribuíis para animar do interior toda a ordem temporal, segundo o desígnio do Criador e do Redentor, e para um serviço melhor de todos os nossos irmãos, junto dos quais quereis ser ardentes apóstolos de Jesus Cristo.

Mas hoje gostaríamos de sublinhar, primeiro que tudo, o outro aspecto da actividade que vos é própria, que se apresenta com grande actualidade: qual é a posição e o trabalho que os Leigos querem ter no interior da Igreja? Neste ponto, a vida não esperou a reflexão para se manifestar no decurso da já longa e rica história do Povo de Deus. Mas é-nos útil, à luz desta mesma história, esclarecer qual é esta posição e esta acção do laicado dentro da Igreja.

Muitas ambiguidades provêm, segundo nos parece, do facto de se dissociarem ou, pelo contrário, de se confundirem as duas características inseparáveis da Igreja visível. Por um lado, ela conserva-se no seu profundo ser, e deve-se manifestar, cada vez mais, como uma comunhão, com tudo o que esta realidade viva implica de igualdade terrena entre os seus membros, de fraternidade, de união, de apelo comum à santidade, de reconhecimento da mesma dignidade de filhos de Deus regenerados em Cristo, nosso único chefe (cfr. *Lumen Gentium*, 32, § 1 e 2). E, por outro lado, a Igreja é um organismo estruturado, um Corpo com membros diferentes, que têm funções diferentes. Procuremos não nos esquecer desta dupla característica da Igreja (cfr. *ibid.*, 13 e 33; *Ef* 4, 12).

Sim, deve reinar um espírito de profunda comunhão entre todos os membros de Cristo, como se fossem irmãos muito queridos. Tenhamos a preocupação, como diz S. Paulo, de ser « solícitos em conservar a unidade de espírito mediante o vínculo da paz. Há um só corpo e um só Espírito,... Há um único Senhor, uma única fé, um único baptismo. Há um só Deus e Pai de todos, que é de todos e Se encontra em todos » (*Ef* 4, 3-6). Como S. Agostinho o descrevia em termos incomparáveis: « Jesus Cristo é a Cabeça da Igreja, a Igreja é o Seu corpo, e a saúde deste corpo é a unidade dos membros e o laço do amor » (*Sermo* 137,1, em: *PL* 38,754, trad. em S. Agostinho, *Le visage de l'Eglise, Unam Sanctam*, 31; Paris, Cerf 1958, p. 97). É nesta profunda realidade da graça vivida que se fortalece o espírito de comunhão, sinal dos verdadeiros fiéis. Trata-se de um fundamento objectivo, sobrenatural e sacramental; todos nós somos filhos do Pai que está nos céus, irmãos em Cristo, templos do Espírito Santo, membros da Igreja. Nenhum leigo, portanto, pode falar dela como de uma entidade que lhe seja, de qualquer maneira, alheia: vós pertenceis-lhe inteiramente, vós sois a Igreja!

Gostaríamos de ver esta consciência comunitária aprofundar-se em todos os católicos, com um sinal de afecto fraterno, com orgulho — e porque não? — de serem uns e outros membros do Corpo Místico de Cristo que é a Igreja. E como poderemos deixar de amar o Seu próprio Corpo, com esta solidariedade profunda, tanto na alegria como no sofrimento, e, enfim, com este sinal de vitalidade que torna todos os membros activos e corresponsáveis, cada um no seu lugar, de todas

as tarefas da Igreja, com uma viva consciência dos direitos e dos deveres mútuos no interior deste grande corpo social? Não é, sobretudo, a este nível que o diálogo, que tem a primazia no exterior da Igreja, deve encontrar o seu lugar? De resto, por experiência própria quotidiana, já conheceis as suas formas: aprender a conhecer-se entre membros e partes da Igreja, a reconhecer-se e a estimar-se, e, portanto, a ouvir-se, a olhar-se com respeito e amizade; saber-se unidos em Cristo, apesar das diferenças sociais ou das orientações políticas divergentes; não hesitar em se encontrar lado a lado em reuniões eclesiais, e, com mais razão, nas assembleias litúrgicas; manifestar sempre francamente o nosso pensamento sobre as ideias ou os meios — um corpo sem solidariedade e sem tensão seria um corpo morto! —, mas sempre com respeito pelas pessoas, com humildade, com paciência, com doçura e prontos ao perdão (cfr. *Rom* 12, 10 e *Ef* 4, 2-3); numa palavra, amar-se efectiva e realmente em Cristo.

Mas, infelizmente, também conhecemos as múltiplas contrafacções do diálogo: a inércia, o isolamento individualista, a separação de grupos isolados em si mesmos e que pretendem ser auto-suficientes e inventar a Igreja à sua maneira, contra toda a Tradição da Escritura e dos Padres; as críticas cerradas e algumas vezes desleais, um estilo negativo de contestação; uma oposição surda no interior da Igreja ou uma violência espantosa que baseia os seus métodos fora do espírito cristão, inebriada pela aparência de uma eficácia imediata...

Recordemo-nos da advertência do Apóstolo São Paulo aos cristãos de Corinto, que iam buscar os infiéis para julgar os seus litígios internos! (cfr. *1 Cor* 6, 4). Trata-se do primeiro testemunho que a Igreja deve dar ao mundo segundo a oração de Cristo a seu Pai: « para que todos sejam um só..., para que o mundo creia que Tu Me enviaste » (*Jo* 17, 21).

Então, num clima assim, de comunhão leal e serena, cada um poderá cumprir a tarefa que lhe compete, no respeito pelas responsabilidades individuais de cada um dos outros membros, em espírito de colaboração generosa e desinteressada. Devemo-nos sentir sempre solidários com os deveres da Igreja, mas esta solidariedade não impede que se possa igualmente fazer um juízo sobre tudo o que foi confiado à competência e ao carisma dos outros. Não é certamente a vós que se deve recordar o que justamente foi sublinhado pelo Decreto *Apostolicam Actuositatem* (cfr. nn. 23, 24 e 25): compete, àqueles a quem o Espírito Santo constituiu administradores para apascentarem a Igreja de Deus (cfr. *Act* 20, 28), vigilar pela coordenação harmoniosa das iniciativas apostólicas dos diversos membros do Corpo, julgar eventualmente a sua fidelidade ao Espírito do Senhor, algumas vezes confiar mais directamente um cargo ou « mandato » a este ou àquele dentre eles, tudo isto pelo bem do conjunto. Ainda no campo da hierarquia das responsabilidades, é o diálogo que hoje deve prevalecer, o que supõe nuns e noutros o respeito pelas funções, a confiança recíproca, a humildade profunda e o espírito de serviço da Igreja e dos homens.

Vós próprios sois testemunhas da confiança que a Igreja depõe nos leigos que lhe são fiéis. As Associações católicas dispõem cada vez mais de uma autonomia de acção e de uma

administração própria na medida exacta em que dão prova, com maturidade, de um espírito de adesão à Igreja. Trata-se aqui de uma consequência prática do « sentido da fé », de que nos fala o Concílio, a cujos textos nos referimos para estudar um tema de eclesiologia tão belo e delicado (cfr. *Lumen Gentium*, 12 e *Dei Verbum*, 10). Depois do Concílio, os Conselhos pastorais estão para ocupar um lugar importante nas dioceses que beneficiam da sua generosa colaboração. Este importante contributo do laicado também se exerce, cada vez mais, é necessário que o sublinhemos, em campos muito variados, onde se completa, de harmonia com a doutrina e com a orientação responsável da Igreja, quer se trate do ensino, da catequese, do jornalismo, da actividade artística, da administração dos bens temporais ou do exercício de certas funções culturais.

Possa o vosso *Symposium* encorajar, em toda a parte, a todos os níveis, este espírito eclesial! Desejamos ardentemente que este seja um dos maiores frutos da revisão de vida dos católicos neste tempo privilegiado da Quaresma. Os nossos votos, e a nossa oração, são por que todas as forças vivas da Igreja — os filhos de Deus muito frequentemente dispersos (cfr. *Jo* 11, 53; e Oração eucarística, 3) — celebrem a Páscoa do Senhor como os primeiros cristãos, *in corde uno et in anima una* (*Act* 4, 32). De todo o coração damo-vos, por esta intenção, a vós e a todos aqueles que representais aos nossos olhos, a nossa paterna Bênção Apostólica.